PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM RONDÔNIA E SUA INFLUÊNCIA NA LÍNGUA E NA CULTURA / MIGRATION PROCESSES IN RONDÔNIA AND ITS INFLUENCE ON LANGUAGE AND CULTURE

Nair Ferreira Gurgel do Amaral[*]

Resumo: Este artigo expõe os aspectos culturais do Estado de Rondônia, enfocando os processos migratórios que ocorreram durante a formação e a ocupação do Estado, em especial, do município de Porto Velho, sua capital. Mostramos como o hibridismo se faz presente em regiões consideradas cosmopolitas pelos movimentos de povoamento e colonização. O foco principal desse estudo é a linguagem como forma de identidade, evidenciada em pesquisas realizadas por mais de dez anos em comunidades ribeirinhas. As questões inclusivas mereceram atenção especial e os estudiosos que ajudaram a conhecer melhor os processos que constroem sociedades híbridas foram: Canclini (2006) e Bhabha (1998), reforçando a concepção de que nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro. Stuart Hall (2003) e Peter McLaren (2000) propiciaram repensar o multiculturalismo enquanto estratégias e políticas adotadas para administrar problemas de diversidade e multiculturalidade. Bakhtin (1988) reforçou que uma língua é inseparável da cultura do local onde é falada e que é ideológica também. Concluímos que o preconceito e a discriminação

[*] Doutora em Linguística (UNESP/Araraquara). Professora do Departamento de Língua Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: nairgurgel@uol.com.br.

linguística estão presentes em todas as classes sociais e que só uma ação que parta dos educadores e dos instrumentos utilizados na escola pode amenizar a situação.

Palavras-Chave: migração; língua; cultura; identidade; Rondônia.

Abstract: *This article exposes the cultural aspects of the State of Rondônia, focusing on migratory processes that occurred during the formation and occupation of the State, in particular in the city of Porto Velho, its capital. This paper shows how hybridism is present in regions considered cosmopolitan by movements of settlement and colonization. The main focus of this study is the language as a form of identity, evidenced in research by more than ten years in coastal communities. The inclusive issues deserved special attention and the scholars who helped to better understand the processes of contructions of hybrid societies were Canclini (2006) and Bhabha (1998), who reinforce the notion that no culture is ever united in itself, nor simply dualistic in relationship to the Self and the Other. Stuart Hall (2003) and Peter McLaren (2000) made it possible to rethink multiculturalism as strategies and policies adopted to manage issues of diversity and multiculturalism. Bakhtin (1988) emphasized that language is inseparable from a culture where it is spoken and it is also ideological. We concluded that linguistic prejudice and discrimination are present in all social classes and only an action that is started by educators and the tools used at school can mitigate the situation.*

Keywords: *migration; language; culture; identity; Rondônia.*

Introdução

Pretendemos, neste artigo, expor os aspectos culturais do Estado de Rondônia, enfocando os processos migratórios que ocorreram durante a formação e a ocupação do Estado, em especial, do município de Porto Velho, sua capital.

Mostraremos como o hibridismo se faz presente em regiões consideradas cosmopolitas pelos movimentos de povoamento e colonização. Porém, o foco principal desse estudo é a linguagem como forma de identidade.

Em pesquisas realizadas por mais de dez anos em comunidade ribeirinhas, percebemos que as questões inclusivas ainda merecem atenção especial: o preconceito, o racismo e a discriminação linguística estão presentes em todas as classes sociais. Uma ação que parta dos educadores e dos instrumentos utilizados na escola pode amenizar a situação, insistentemente propalada através das ideias multiculturalistas.

Os estudiosos que nos ajudaram a conhecer melhor os processos que constroem sociedades híbridas, que exigem um convívio com a heterogeneidade e que nos mostram o local que a cultura deve ocupar foram: Canclini (2006) e Bhabha (1998). Eles nos fizeram crer que nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro. É que, acima das culturas individuais, somos seres sociais que interagimos culturalmente. *Stuart Hall (2003) e Peter McLaren (2000) nos levaram a repensar o* multiculturalismo. Polêmico e sem consenso, debatido e criticado, o multiculturalismo que defendemos refere-se a "estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade gerados pelas sociedades multiculturais". Uma ideia que exige ação e transformação. Por isso esse multiculturalismo é conhecido como crítico ou de resistência.

Entendemos com Bakhtin (1988) que uma língua é inseparável da cultura do local onde é falada, que é, por isso mesmo, ideológica também, uma vez que a ideologia é um reflexo das estruturas sociais e toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. Permitimo-nos sonhar com Rajagopalan (2003), *esperando que o papel social do linguista venha a ser reconhecido um dia.*

Os resultados das pesquisas realizadas em escolas, situadas em comunidades ribeirinhas, envolveram aspectos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que diz respeito à pluralidade cultural, leitura e linguagem. O diálogo com o livro didático, os gêneros textuais, a análise linguística e diagnose dos fenômenos linguísticos reforçaram nossa tese de que o ensino da leitura é uma ação a ser desenvolvida permanentemente.

1 A ocupação do Estado de Rondônia

O Estado de Rondônia está localizado na região Norte e tem como limites os estados do Mato Grosso (a leste), Amazonas (ao norte), Acre (a oeste) e a República da Bolívia (a oeste e sul). O estado possui 1.576.423 habitantes (IBGE, 2011) e 52 municípios. Ocupa uma área de 237.576,167 quilômetros quadrados e sua capital é a cidade de Porto Velho, com uma área de 34.096 km^2 e 435.732 habitantes, conforme dados do IBGE/2011.

Podemos dizer que a ocupação humana da área geográfica que constituiu hoje o Estado de Rondônia aconteceu por "ciclos" ou "fluxos", responsáveis pelo processo de povoamento e desenvolvimento da região. Esses movimentos migratórios foram responsáveis pela economia e pela formação étnica dos habitantes do estado. Os movimentos migratórios coincidem, na maioria das vezes, com os ciclos de desenvolvimento econômico do estado, porém há particularidades que são, às vezes, tratadas apenas como curiosidades, mas que merecem destaque neste levantamento. Por isso, não dividiremos, apenas, em ciclos econômicos, mas procuraremos apresentar uma abordagem do ponto de vista mais humanista, onde questões étnicas, culturais, políticas, religiosas, dentre outras, foram fundamentais para a vinda das pessoas.

Para complementar este estudo, foi necessário conhecer, nesses movimentos migratórios, suas causas, suas características e consequências. O que sempre ocorreu aqui em Rondônia foi um movimento de imigração que pode também ser relacionado como migração.

No que tange à questão étnica, a população do Estado de Rondônia é semelhante ao restante do país, formada por brancos, negros e índios. Mas em virtude das fases de atração imigratória e migratória ocorrentes durante os ciclos de produção econômica, diversos povos dessas raças deram sua contribuição para o elemento humano rondoniense, cuja identidade regional ainda está em formação.

O Estado é um mosaico de diversas culturas, de tal modo que ainda nenhum traço cultural prevalece sobre o outro, devido ao grande número de migrantes. A diversidade cultural de Rondônia é facilmente percebida através de seu calendário de festas, que mistura Blocos Carnavalescos, Arraial Flor do Maracujá, Festival Folclórico com apresentações dos Bois-Bumbás, Festas de Rodeio e Exposições Na literatura, destacam autores nascidos no estado e os que migraram para Rondônia ao longo das últimas décadas. Na culinária, são bastante consumidos os peixes

amazônicos, juntamente com o baião de dois nordestinos, o pão-de-queijo mineiro, o piqui goiano, a polenta paranaense, o churrasco e o chimarrão gaúchos, a saltenha boliviana, o tacacá paraense e a todas as variedades culinárias feitas com a macacheira e a banana comprida do Amazonas. Quanto ao vocabulário, as influências também são diversas: do Amazonas veio *arengar* **(**brigar), *banho* (balneário); do Pará, veio a expressão *Eraste!* **(**acompanha os sinônimos de *Égua!*: tu *alopra*; apela), a palavra *acocar* (abaixar); do nordeste, herdamos *abestado* (abobalhado, doido, leso, distraído), *acochado* (apertado), *alesado* **(**abobalhado, distraído). Em algumas cidades é bastante comum o uso do *guri* gaúcho, e em outras o *piá* paranaense. Nas cidades, entre os jovens, é usado o *piseiro*, gíria local com o sentido de festa, bagunça, mas também encontramos *barca* **(**festa jovem), como veremos, com mais detalhes no final deste artigo.

2. Os movimentos migratórios

2.1 O ouro e o Real Forte Príncipe da Beira

A partir da segunda metade do século XVIII, acontece o movimento que os historiadores costumam denominar de Ciclo do Ouro. O acontecimento mais relevante desse período foi a construção do Real Forte Príncipe da Beira que tinha como um dos seus objetivos a defesa dos interesses de Portugal contra a cobiça espanhola. O interesse por esta região aconteceu, na época, em função da grande quantidade de ouro existente.

Um dos primeiros passos de Portugal para assegurar sua posse sobre a região foi a ocupação do vale do rio Guaporé, de onde extraia ouro e as conhecidas "drogas do sertão". Essa ocupação se deu pela ação dos bandeirantes que, ao mesmo tempo, explorava e ocupava. Além disso, a ocupação se realizou pela presença militar o que pode ser comprovado pelas inúmeras construções fortificadas. Era necessário, entretanto uma ocupação estável, para assegurar a posse.

O Real Forte Príncipe da Beira é uma fortaleza cuja arquitetura remonta ao sistema Vauban ou de baluartes. As muralhas do forte possuem dez metros de altura e os quatro baluartes são protegidos por catorze canhoneiras em cada um. Há um fosso ao seu redor e o acesso ao interior é feito exclusivamente por uma ponte elevadiça, com três metros de comprimento. Em seu interior existiam quatorze residências destinadas ao comandante e demais oficiais, além da capela, armazém e depósitos. A mão de obra especializada especialmente em paragens tão distantes

era um problema sério naquela época. Pedreiros, carpinteiros e artífices diversos foram trazidos do Rio de Janeiro e de Belém do Pará. “Mais de duzentos homens trabalharam nessa obra e dizem que um efetivo de mil escravos auxiliou a sua construção, além de centenas de índios, cujo término somente ocorreu seis anos após, em agosto de 1783”. (MATIAS, 1997, p. 26)

Com o declínio do Ciclo do Ouro, o Real Forte Príncipe da Beira deixou de ter valor estratégico e foi transformado em presídio. A decadência desse período de produção aurífera causa a involução populacional desses arraiais, vilas e cidades surgidas na época do ouro, com o êxodo dos portugueses e paulistas que formavam o topo da sociedade da época. Com a decadência da mineração, a região foi abandonada por um período aproximado de 100 anos. Restaram os negros remanescentes do escravismo, os mulatos e os índios já aculturados.

2.2 A borracha e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

No século XIX, inicia-se o primeiro Ciclo da Borracha e a primeira fase da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, concluída no começo do século XX e que atraiu milhares de trabalhadores oriundos do Nordeste brasileiro, tangidos pela grande seca de 1877.

O primeiro ciclo da borracha desenvolvido na Amazônia, com o trabalho de índios e nordestinos, foi o primeiro grande empreendimento levado a efeito no Brasil sem auxílio da mão de obra escrava. O monopólio brasileiro da borracha no mercado internacional fez a riqueza de donos de seringais, dos comerciantes e da região, mas despertou, principalmente nos ingleses, o interesse pela busca de novos fornecedores. Porém, não era somente o Brasil que produzia borracha em larga escala na Amazônia. Ainda dentro do primeiro ciclo da borracha, a Bolívia também despontava como grande produtor e se ressentia da necessidade de escoar seu produto, isolado do restante daquele país. Foi exatamente em função da carência de um porto onde pudesse escoar sua produção de látex, que o governo boliviano criou, em 1846, uma comissão de estudos destinada a viabilizar uma rota fluvial através do rio Mamoré ou do Madeira a fim de permitir ao país acesso ao oceano Atlântico.

O Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradição, firmado pelo Brasil com a República da Bolívia, conhecido como Tratado de Ayacucho de 1867 possibilitou à Bolívia o sonho de saída para o Atlântico, através da transpo-

sição do trecho encachoeirado do Rio Madeira, via estrada de ferro. Em 09 de julho de 1873 a empresa rompeu o contrato, vencida por insuportáveis prejuízos, seja pelas dificuldades estruturais do local onde deveria ser instalada a estação inicial da ferrovia, seja pelos violentos ataques dos índios Caripunas aos trechos em obra e pelas doenças regionais que mataram dezenas de trabalhadores.

Ante a desistência da primeira empreiteira (inglesa), em julho de 1873, o Coronel Church contratou a P & T Collins, empresa americana que arregimentava trabalhadores com desenvoltura. Todavia, logo no início, perde 700 toneladas de material e 80 pessoas morrem afogadas em um naufrágio. 218 italianos, trazidos dos Estados Unidos, rebelam-se, 75 fogem para a floresta sem notícias até hoje. Além disso, alastram-se a malária, a disenteria e a pneumonia.

O Tratado de Petrópolis, firmado pelo governo brasileiro e boliviano, obrigava o Brasil a construir a ferrovia Madeira-Mamoré. Quarenta e dois anos depois das primeiras tentativas, a Bolívia finalmente iria conquistar seu caminho para o Oceano Atlântico, via rio Madeira.

A construção custou o sacrifício de milhares de trabalhadores de diversas nacionalidades, que enfrentaram grandes dificuldades devido às condições sanitárias da região, propícia a doenças entre as quais se destacava a malária ou impaludismo, como se chamava na época. Várias nacionalidades se fizeram representar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, "recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo". (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 140)

Em *A Ferrovia do Diabo*, de Manoel Rodrigues Ferreira (1987), é relatada a predominância dos barbadianos sobre as demais nacionalidades. Segundo o autor, entre os anos de 1907 e 1912, 21.783 trabalhadores foram recrutados para trabalhar na ferrovia.

Com a crise da borracha, agravada na região principalmente a partir de 1914/1915, a EFMM entrou em permanente decadência e foi abandonada pelos norte-americanos, em 1930.

O trabalho do fotógrafo americano Dana Merrill entre os anos de 1909 e 1912 constitui um importante registro de obras feitas na Amazônia no século XX. Merrill foi contratado por Percival Farquhar com a função de registrar todos os momentos da construção da ferrovia, mas foi muito além com suas lentes. Também documentou a vida das pessoas que trabalhavam na ferrovia, de índios e os cenários amazônicos da época. Grande parte das fotos históricas de Merrill se perdeu

no tempo. As que restaram, hoje estão no acervo do Museu Paulista da USP e integram uma das mais importantes coleções de fotografias brasileiras.

A necessidade permanente de contratação de trabalhadores levou os empreendedores a buscar mão de obra tanto no Brasil, quanto em diversos países do exterior, num total de mais de 40 nacionalidades. Um dos contingentes mais notáveis foi o dos operários negros caribenhos, denominados genericamente de barbadianos, que já haviam trabalhado em outro empreendimento marcado por grandes adversidades e pela insalubridade típica das regiões tropicais da América, o Canal do Panamá.

Uma parte desses trabalhadores fixou-se permanentemente na região e seus descendentes ainda vivem nas cidades de Porto velho e Guajará-Mirim. Percebe-se, então, que desde aqueles tempos, Rondônia já estava predestinada a receber pessoas de todos os lugares, de todas as línguas, de todos os hábitos e costumes.

Praticamente abandonada pelo Governo Federal no ano de 1972 e sob a administração do 5º BEC, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré teve autorizada sua desativação, fato que apressou ainda mais sua dilapidação. Presentemente se desenvolvem esforços para revitalizar o trecho tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desde a antiga estação de passageiros no centro de Porto Velho, até a extinta vila de Santo Antônio, onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio. Uma das locomotivas do complexo ferroviário foi recuperada, mas o tão sonhado retorno dos trens à linha de ferro certamente vai exigir um esforço extra para a retirada de centenas de casas construídas ao longo da ferrovia.

2.3 As linhas telegráficas de Rondon

Um pouco antes do final do primeiro ciclo da borracha, a região se ressentia das distâncias não só de Manaus e Belém, como principalmente, do restante do país e sua capital federal no Rio de Janeiro. Era flagrante o isolamento, principalmente nas comunicações, fato que levou o Governo Federal à implantação de uma rede telegráfica entre Cuiabá e Porto Velho, cortando todo o Norte do Mato Grosso. Parte da região atingida por essa rede telegráfica daria origem a Rondônia, inclusive sendo seu traçado básico utilizado para a abertura e consolidação da futura Rodovia BR 364 seis décadas depois.

Comandava essa importante missão o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon que, utilizando mão de obra do sul do país, atingiu as margens do Rio Madeira - Porto Velho em 1909, mesmo período da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, depois de atravessar regiões inóspitas, numa extensão de 1.415 km.

O Fluxo do Telégrafo, ao contrário dos anteriores, cuja ação se inscreveu no Norte e no Nordeste do Estado, ocorreu em um longo trecho no sentido Sul-Norte, deixando em sua esteira as raízes do que hoje são os municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Ji-Paraná. A homenagem a Rondon foi feita quando houve a troca do nome do Território do Guaporé para Rondônia e a sua manutenção quando da criação do Estado. Rondon foi ainda o fundador e primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios e sempre alimentou o lema: "Matar, nunca; morrer se preciso for". Assim orientava sua comissão em relação ao confronto com os índios. Em 12 de outubro de 1911 foi inaugurada a estação telegráfica de Vilhena, na fronteira do estado do Mato Grosso e Rondônia.

Em 1913, Rondon participou de uma expedição pelos sertões do extremo oeste e da Amazônia brasileira juntamente com o ex-presidente dos EUA Theodore Roosevelt. "A expedição Roosevelt-Rondon explorou o rio das Dúvidas em toda a sua extensão, denominando-o de Roosevelt em homenagem ao ex-presidente norte-americano" (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 148). No livro *O Rio da Dúvida* – a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia, o principal objetivo era mapear o misterioso rio da Dúvida (hoje rio Roosevelt), no coração da selva brasileira.

As estações telegráficas da Comissão Rondon atraíram, principalmente**,** matogrossenses, paulistas e nordestinos, que trabalhavam nos serviços de telegrafia, e acomodavam-se em suas cercanias gerando pequenos núcleos urbanos, como Ariquemes, Presidente Pena ou Urupá, Pimenta Bueno e Vilhena.

3 A Revolta da Chibata

Este é um movimento de povoação de Rondônia não comentado nos livros de história, porém relatado no livro de Amizael Gomes da Silva "Da Chibata ao Inferno". O autor nos conta que houve uma significativa inclusão de "migrantes" no período que se mistura com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a implantação das linhas telegráficas, sob o comando de Rondon.

Os motivos principais da Revolta de Marinheiros na Bahia da Guanabara, liderados por João Cândido – o "Almirante Negro" eram simples: o descontentamento com os baixos soldos, a alimentação de má qualidade e, principalmente, os humilhantes castigos corporais, ainda existentes aos praças de nossa Marinha. Resquícios da extinta escravidão, talvez, como forma de disciplina a bordo.

Muitos marinheiros foram presos, mas somente 105 foram retirados do presídio e enviados para a Amazônia, juntamente com 292 civis (ladrões, criminosos, mendigos), 44 mulheres da casa de detenção (condenadas por serem meretrizes). Tudo manobra política para livrar-se de um problema indesejável.

Ocorre que, em 09 de dezembro de mesmo ano (1910), uma nova rebelião eclodiu na baía de Guanabara, desta vez envolvendo soldados do Batalhão Naval da Ilha das Cobras. Esse foi exatamente o pretexto: O governo reagiu e prendeu centenas de pessoas, entre elas João Cândido e outros marinheiros anistiados que haviam participado da Revolta da Chibata. O "Almirante Negro" e outros líderes foram encarcerados na Ilha das Cobras. Os demais foram condenados a um terrível castigo: o degredo na Amazônia, para trabalharem na Comissão Rondon e na estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Em 25 de dezembro de 1910, esses degredados foram embarcados no navio cargueiro "Satélite", que partiu do Rio de Janeiro no mesmo dia. A bordo estavam cento e cinco ex-marinheiros, duzentos e noventa e oito criminosos comuns e quarenta e quatro prostitutas, confinados em seus porões. Todos com o mesmo e cruel destino: serem abandonados em Porto Velho. Duzentos homens seriam entregues à Comissão Rondon e o restante à Madeira-Mamoré. Alguns prisioneiros, entretanto, não resistiram ou foram eliminados na viagem.

Na manhã de 03 de fevereiro de 1911, uma sexta-feira, após quarenta e um dias de viagem, o "Satélite" lançou âncora no porto de Porto Velho, onde a situação era inquietante, em razão dos rumores sobre o fuzilamento de prisioneiros a bordo. A imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo fazia a cobertura do caso, que classificava de "o bárbaro e vergonhoso incidente do navio Satélite". Por seu lado, o comandante enfrentava pressões da tripulação para que se desvencilhasse rapidamente da indesejável carga.

Esta página triste da história nacional, até hoje ecoa e não será facilmente esquecida. No ano de 1970, João Bosco e Aldir Blanc, inspirados pela vida de João Cândido, escrevem "O Mestre-Sala dos Mares"; música que se tornaria célebre na voz de Elis Regina. O regime militar censurou a primeira versão da música. O tema

foi enredo da Escola de Samba União da Ilha, em 1985 – "Um herói, uma canção, um enredo – Noite do Navegante Negro".

A viagem do navio "Satélite", suas razões políticas e raciais, e o destino final de sua carga, servem para dar uma pequena ideia de como era feito o povoamento da região do Alto Madeira, na primeira metade do século XX, e as perversas condições de trabalho nas obras da ferrovia Madeira-Mamoré, na Comissão Rondon e nos seringais.

4 O soldado da borracha

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o Japão, aliado da Alemanha e da Itália (países do Eixo), conquista e ocupa o Sudeste Asiático, área que se tornara grande produtora de borracha, a partir de plantações feitas pelos ingleses com sementes subtraídas da Amazônia brasileira no final do século anterior. O fato é que a partir do bloqueio japonês os aliados como grandes consumidores ficam sem esse importante produto para as suas indústrias e esforço de guerra. As autoridades americanas entraram em pânico e o presidente Roosevelt nomeia uma comissão para estudar a situação dos estoques de matérias-primas essenciais para a guerra.

Os Estados Unidos, então, voltam-se para a borracha brasileira como solução ao grave problema que se figurava. Dessa situação resulta que o presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt e o presidente do Brasil Getúlio Dorneles Vargas assinaram o Acordo de Washington (1942), pelo qual o Brasil comprometia-se a reativar os seringais amazônicos através de uma operação conjunta com os EUA. O Brasil entrou com os seringais, mão de obra e 58% de capital para a criação do Banco de Crédito da Borracha. Os EUA entraram com 42% de capital para o Banco de Crédito da Borracha e forneciam meios para a produção, transporte e escoamento.

Como os seringais estavam abandonados e não mais de 35 mil trabalhadores permaneciam na região, o grande desafio de Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, era aumentar a produção anual de látex de 18 mil para 45 mil toneladas, como previa o acordo. Para isso, seria necessária a força braçal de 100 mil homens.

Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na **produção de borracha** para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra. Como

resultado, milhares de brasileiros do Nordeste foram enviados para os seringais amazônicos, em nome da luta contra o nazismo. Uma história de imensos sacrifícios para milhares de trabalhadores que vieram para a Amazônia e que, em função do estado de guerra, receberam inicialmente um tratamento semelhante ao dos soldados.

Mesmo com todos os problemas enfrentados (ou provocados) pelos órgãos encarregados da Batalha da Borracha, cerca de 60 mil pessoas foram enviadas para os seringais amazônicos entre 1942 e 1945. Desse total, quase a metade acabou morrendo em razão das péssimas condições de transporte, alojamento e alimentação durante a viagem e a falta de assistência.

Após serem recrutados, os voluntários ficavam acampados em alojamentos construídos para este fim, sob rígida vigilância militar, para depois seguirem até a Amazônia, numa viagem que podia demorar de 2 a 3 meses. Entretanto, para muitos trabalhadores, este foi um caminho sem volta. Cerca de 30 mil seringueiros morreram abandonados na Amazônia, depois de terem exaurido suas forças extraindo o *ouro branco*. Morriam de malária, febre amarela, hepatite e atacados por animais como onças, serpentes e escorpiões. O governo brasileiro também não cumpriu a promessa de reconduzir os Soldados da Borracha de volta à sua terra no final da guerra, reconhecidos como heróis e com aposentadoria equiparada à dos militares. Calcula-se que conseguiram voltar ao seu local de origem (a duras penas e por seus próprios meios) cerca de seis mil homens.

Com o término da Guerra em 1945, foram liberadas as plantações de borracha da região asiática, cessando o interesse norte-americano pela borracha produzida na Amazônia. Como consequência, a região passou a acumular estoques crescentes, já que o mercado interno não tinha capacidade de absorver toda a produção. Os preços caíram, perdendo valor o produto. Mesmo assim, ainda se manteve a tentativa de produzir borracha até os idos de 1960. A partir desta data, paulatinamente a produção de borracha cai, ocasionando o fim desse ciclo.

O fato é que milhares de trabalhadores de várias regiões do Brasil foram compulsoriamente levados à escravidão por dívida e à morte por doenças para as quais não possuíam imunidade. Só do Nordeste foram para a Amazônia 54 mil trabalhadores, sendo 30 mil deles apenas do Ceará. Esses novos seringueiros receberam a alcunha de Soldados da Borracha, numa alusão clara de que o papel do seringueiro em suprir as fábricas nos EUA com borracha era tão importante quanto o de combater o regime nazista com armas.

Nada ou quase nada se cumpriu quanto as promessas aos soldados da borracha. Ao contrário dos Pracinhas, estes só foram reconhecidos como combatentes da II Guerra Mundial em 1988, e apenas com este reconhecimento tiveram direito a uma pensão vitalícia.

5 A mineração e a construção da BR-364

A ocupação da região foi beneficiada no período da mineração, já que os garimpeiros descobriram grandes aluviões de cassiterita (minério de estanho) em áreas dos antigos seringais, a partir do ano de 1958, principalmente nas regiões do Rios Machado, Machadinho, Jamari e Candeias.

A comercialização do minério fez convergir a atenção de empresas nacionais e internacionais que se instalaram em Porto Velho. À medida em que o mercado de trabalho e o fluxo migratório foi se ampliando, exigiu-se "a instalação de uma eficiente estruturação de comunicação e transporte (especialmente uma rede rodoviária para o escoamento da produção)". (LIMA, 1991, p. 94)

Entre 1958 e 1970 toda a economia local se desenvolvia à sombra da exploração de cassiterita. Em 1970 a garimpagem atingira seu pico, produzindo 4.721 toneladas de minério de estanho. Ao final da década de 70, Rondônia respondia por quase 70% da produção nacional.

Ao lado do fluxo de garimpeiros também acorreram ao Território, migrantes agricultores, e o governo criou novas colônias agrícolas em Porto Velho, implantadas até o final do ano de 1960. Infelizmente essas colônias não prosperaram, quer pela baixa fertilidade dos solos, quer pela impossibilidade de concorrência com o garimpo.

Em 1968, a antiga BR-29, hoje BR-364 foi consolidada, fato que permitiu, a partir de 1970, se iniciasse o fluxo agrícola do então Território Federal de Rondônia que permanece até os dias de hoje. Com esse fluxo, iniciou-se a ligação econômica da região com os centros consumidores do Sul e Sudeste brasileiros.

A construção da atual Rodovia BR-364 que liga Rondônia a Mato Grosso, e por consequência ao restante do país, deslocou o corredor de exportação e importação da via fluvial Porto Velho-Manaus-Belém. Deixaram essas importantes cidades regionais de ser os únicos polos de ligação econômica para o Território Federal de Rondônia.

Outro fato importante além da própria rodovia foi que a sua construção revelou a existência de terras de "alto teor de fertilidade", ao longo do seu curso, propícias para a agricultura. Essa descoberta coincidiu com a campanha de integração da Amazônia e o fato econômico da liberação de mão de obra agrícola das lavouras do Sudeste que se mecanizavam, gerando pressão social nos centros (metrópoles) urbanos. Antes da sua construção, só se chegava a Porto Velho de ferrovia pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré a partir de Guajará-Mirim, de balsa a partir de Manaus ou de avião. O transporte rodoviário era inexistente e isso era muito limitante.

A importância da BR 364 pode ser constatada pela colonização de Rondônia, através do ciclo agrícola. A política de assentamento de colonos para fins de formação de uma base agropastoril pelo Regime Militar (que vigorou no Brasil entre os anos 1964 a 1985) veio definir entre os anos 1970 e 1990, a principal base de colonização perene do Estado de Rondônia. O fato concreto, portanto, é que o sucesso da colonização agropastoril (agricultura e pecuária) preconizada pelo Governo Federal só era possível porque a Rodovia BR 364 existia.

6 A agricultura e a explosão demográfica

Na década de 1970, a descoberta de grandes manchas de terras férteis provocou o intenso fluxo migratório dirigido ao então Território Federal de Rondônia e torna a agricultura a alternativa viável.

O processo de ocupação humana de Rondônia ligado ao Ciclo da Agricultura foi executado pelo INCRA, inicialmente, através dos Projetos Integrados de Colonização, PIC e dos Projetos de Assentamento Dirigido, PAD, estrategicamente criados para cumprir a política destinada à ocupação da Amazônia rondoniense.

A explosão demográfica provocada pela ocupação humana das terras rondonienses, vinculada ao ciclo da agricultura, além de agricultores, constituiu-se de técnicos, comerciantes e profissionais liberais de todas as áreas, em busca de melhores condições de vida. Esses novos povoadores fixaram-se nos núcleos surgidos nas cercanias das estações telegráficas da Comissão Rondon e expandiram suas áreas urbanas.

As áreas onde ocorreram as maiores concentrações de migrantes foram Vilhena, com extensão a Colorado d'Oeste; Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste, Jaru e Ariquemes. Essa população migrante que se fixou em

Rondônia entre 1968 e 1982 era formada, basicamente, por paranaenses, gaúchos, mato-grossenses, capixabas, mineiros e paulistas. Em menor número, fixaram-se cearenses, cariocas, baianos, paraibanos, amazonenses, goianos e alguns estrangeiros. Esses povoadores, atraídos pelo ciclo da agricultura, passaram a influenciar decisivamente na transformação do modelo sócio-econômico de Rondônia e na sua formação política.

Em 1994, o estado de Rondônia assumiu um papel de liderança na região Norte como um pólo agrícola e mostrou-se capaz de competir com outros estados produtores de gêneros agrícolas em todo o país. Tornou-se um dos maiores produtores brasileiros de cacau e o quinto de café do país. Desenvolveram-se também as culturas de milho, feijão, algodão, soja, arroz, mandioca e banana.

As microrregiões formadas pelos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Rolim de Moura, receberam migrantes mato-grossenses, gaúchos e paranaenses, em sua maioria. As microrregiões formadas pelos municípios de Cacoal, Presidente Médice e Ji-Paraná, recebem gaúchos, paranaenses, paulistas e nordestinos, em sua maioria. Migrantes capixabas, paranaenses, mineiros e baianos formam a maioria dos que se fixaram nas microrregiões de Ouro Preto, Jaru e Ariquemes.

As regiões de Porto Velho e Guajará-Mirim receberam povoadores, mas em menor escala e de categorias diferentes, considerando-se que o "Ciclo da Agricultura" atraiu, em princípio, uma migração rural-rural, para, em seguida, fixarem-se migrantes de características rurais e urbanas.

Dentre os principais povos estrangeiros estão os imigrantes turcos, sírios, gregos, libaneses, italianos, indianos, cubanos, panamenhos, porto-riquenhos, barbadianos, jamaicanos, chineses, hindus e outros, transformando a região (Porto Velho/Guajará-Mirim) numa região cosmopolita.

7 As usinas hidrelétricas, o progresso e os problemas sociais

Depois da estrada de ferro, da borracha e do garimpo, Rondônia vive um novo ciclo econômico – o maior – na avaliação de muitos. Há os que não consideram esse momento como um ciclo econômico, mas um movimento migratório com data para terminar.

O Projeto do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira compreende duas usinas hidrelétricas: Santo Antônio e Jirau, ambas no Estado de Rondônia, com previsão para conclusão em 2015. A Usina de Santo Antônio deve iniciar a operação em

2012. É a primeira hidrelétrica do rio Madeira, cuja vazão no local é de aproximadamente 47 mil metros cúbicos por segundo. Juntamente com a Usina de Jirau, também em construção no mesmo rio, são consideradas fundamentais para o suprimento de energia elétrica no Brasil a partir de meados de 2013 e estão entre as obras mais importantes do Governo Federal.

A construção das barragens de Santo Antônio e Jirau, integrantes do Complexo, vai alagar 50 mil hectares de floresta e retirar aproximadamente 5 mil famílias que vivem e garantem sua sobrevivência das margens do rio, causando grande impacto ambiental.

Mesmo com as críticas e os movimentos contrários à construção do Complexo Hidrelétrico do Madeira, as Usinas já são uma realidade em Rondônia. A expectativa de crescimento acelerado da economia é enorme. Nos próximos dez anos, a cidade deverá viver o maior fluxo migratório desde sua criação oficial, em 1914. A atual população deverá ser aumentada em mais cem mil, número de pessoas que deverão ser atraídas pelas mudanças econômicas estimuladas pela construção das hidrelétricas. No auge da construção, apenas as obras empregarão cerca de 45 mil pessoas. Além disso, é preciso considerar o crescimento do entorno, principalmente o imobiliário. As construções não param: shoppings centers, supermercados, restaurantes, hotéis, casas de diversão etc.

Pela quarta vez em sua história, o estado está passando por um momento de euforia com a chegada não só do progresso, mas de oportunidades de trabalho para milhares de pessoas, com a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Mas as estatísticas mostram que o desenvolvimento, que ainda está começando, pode piorar os índices sociais da cidade.

O fato é que a construção das usinas hidrelétricas transformou a vida da população de Rondônia, mas principalmente dos moradores de Porto Velho que, terão uma geração inteira de “filhos das usinas”. Mesmo com todos os problemas sociais, o povo de Porto Velho, nativo ou migrante dos outros ciclos migratórios, continuará a receber e a trocar cultura e experiência.

8. Dinâmica demográfica e falares de Rondônia

De acordo com o censo de 2010, 36,8% da população de Rondônia é formada por brancos, 7,3% são negros, 53,8% são pardos e 2,2% são amarelos ou indígenas. Rondônia é, portanto, um estado cosmopolita porque, desde o início de sua

criação, até os dias atuais, para cá vêm pessoas das mais diversas regiões do país e do exterior. Sua população é híbrida e multiculturalmente diversificada.

Nesta última década, o número de migrantes que procura Rondônia em busca do Eldorado vem aumentando sensivelmente. Os fluxos migratórios, cada dia mais crescentes, permitiram que se adotasse um tipo de ação para fixar o homem que chega atraído pelas excepcionais qualidades do solo.

Em 1978, foram cadastrados pelo Governo 12.664 migrantes; no ano seguinte, este número foi quase triplicado, reunindo, segundo estatísticas oficiais, 36.791 pessoas que buscaram em Rondônia melhores condições de vida e, até 1990, espera-se novamente triplicar a atual população com gente advinda, principalmente, do Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.

Sendo a população rondoniense uma das mais diversificadas do Brasil, composta principalmente de imigrantes oriundos de todas as regiões do país, preserva ainda os fortes traços amazônicos da população nativa nas cidades banhadas por grandes rios, sobretudo em Porto Velho e Guajará-Mirim, as duas cidades mais antigas do estado.

Descobrimos, dessa forma, o imenso caldeirão cultural que é este estado e toda a epopéia vivida pelos seus habitantes. Hoje, sabemos que Rondônia é o resultado da fervura do "caldeirão" agitado que foi a sua colonização e ocupação. Aqui há a fusão e a metamorfose, a união e a separação, o híbrido e o sincrético que faz esse povo diferente e singular. E a língua é o resultado de tudo e de todos que para cá vieram.

Além dos peixes e dos frutos característicos da região, como: apapá, aracu, cará-açu, jaraqui, jatuarana, mandi, matrinchã, pacu, pirarucu, tambaqui, tucunaré; abacaba, abiu, açaí, bacuri, biribá, cupuaçu, graviola, jambo, pitomba, pupunha, taperebá, tucumã, temos, na culinária, exemplos de vocabulário característico: o tucupi que é um líquido amarelado, extraído da mandioca, bastante utilizado no preparo de diversos pratos ou em molhos de pimenta, o urucum que dá origem ao colorau, a pimenta murupi que é muito ardosa. Usamos, ainda, pitiú para o cheiro característico, especialmente dos peixes, mas também em galinhas; significa odor forte e reimoso para o alimento que pode prejudicar o tratamento de alguma enfermidade, recuperação de cirurgia ou resguardo, que prejudica a saúde.

Quanto às gírias, temos as que são ditas pelos jovens: *Nem age* - não vale a pena; *Nem marca* **–** indicação de que alguma coisa não é legal, não presta, não tem marca; *Tá de boa* – tá legal; *Tá embaçado* **–** sujou; não vai dar; *Tá o frevo, ó!*

– legal, bom; *Teberé?* – tu és beira(deiro/a), é?; *Telesé?* **–** tu és leso, é? ; *Tilanga* - expressão pejorativa para definir mulheres "fáceis", geralmente jovens e que se vestem de maneira vulgar. A *tilanga* propriamente dita é sempre aquela menos favorecida financeiramente. Para as mais abonadas, costuma-se chamar *pathylanga*. Uma forma híbrida da mistura de termos como piranha e galinha. Dizem que uma *tilanga* não tem cheiro, tem *pitiú*. Mulher fácil, fogosa, piranha; biscate, safada – variação: *tila*; *Vai dar bacu* – revista policial; *Zé Ruela* - sujeito besta, prego, zé Mané. As gírias mais antigas, ou seja, as que ficaram, mas só são ditas por pessoas de mais idade são, principalmente: *a pulso* **–** forçado; *até o tucupi* – estressado, com muito trabalho para fazer; *com borra!* **–** bastante, muito, intenso. "A chuva veio com *borra*"; *cuida!* - anda rápido. "Cuida logo, ande depressa"; *de rocha* pode ser usada no sentido de perfeição, coisa boa. "Sua festa estava ótima – *de rocha*"; *Eita pau* – interjeição correspondente a Eta! Nossa! etc; *Espocar de rir!* – morrer de rir; *ficar de pano* - ficar atento; *na manha* **–** devagar; *no doze!* **–** expressão usada para representar a satisfação do usuário, como em "A festa estava *no doze*, oh!" – estava muito boa; *passar o pano* **–** olhar, espiar. "*Passa o pano* aí, mano. Vê se não tem polícia"; *pomba-lesa* **–** retardado, usado no gênero feminino, tanto para homens, quanto para mulheres: "Ei, rapaz! Vê se anda. Fica aí parado feito uma *pomba-lesa*"; "Sai daí, seu *pomba-lesa*!".

O conhecimento das culturas permite a consciência da discriminação e a capacidade de interagir com a diferença. Sendo a cultura local o ponto de partida para a aquisição dos conhecimentos, entendemos que o melhor conceito de cultura é aquele que nos faz sabê-la como a "produção de fenômenos que contribuem [...] para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema sócia" (CANCLINI, 2006, p. 29).

Conscientes de que somos seres híbridos, acreditamos também que as vantagens dos estudos sobre pluralidade cultural estão nas relações das práticas sociais e econômicas que, se entrelaçadas, potencializam a trama e se revelam mais nas atuações do que nas ações propriamente ditas. O multiculturalismo opõe-se ao que ele julga ser uma forma de etnocentrismo (visão de mundo da sociedade branca dominante que se toma por mais importante que as demais).

Quanto ao tema da educação para o respeito à diferença e para uma superação da intolerância, fica claro que a escola tem um grande desafio: articular igualdades e diferenças. Nossos educadores e educadoras não podem ignorar esta questão.

O preconceito e a discriminação estão intimamente ligados como formas de exclusão social. A palavra "preconceito" tem o sentido de uma opinião formada por antecipação, geralmente sem uma análise mais profunda de um determinado assunto. O preconceito está geralmente relacionado com a ignorância, entendida aqui como a ausência de conhecimento acerca de determinado assunto. O preconceito, como vimos, é apenas a ideia (ou a falta dela) pré-concebida. A discriminação é a ideia colocada em "prática".

Afinal, "as pessoas têm direito a serem iguais sempre que a diferença as tornar inferiores; contudo, têm também direito a serem diferentes sempre que a igualdade colocar em risco suas identidades". (SOUZA SANTOS, 2001, p. 32).

Já sabemos a que levam as ideias do não reconhecimento do "outro" como ser humano pleno: à xenofobia, ao racismo, às guerras étnicas, à segregação. Enfim, ao aumento da violência. Sabendo que a língua está em constante evolução, entendemos que ela não é uma apenas, mas muitas. "Toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica", explica Bakhtin (1988). A língua é ideológica por natureza. Esta assertiva coloca em evidência a importância da interação verbal como realidade fundamental da língua.

Conclusão

Sabemos todos que a língua falada por uma pessoa é marca de sua identidade na relação com a comunidade em que vive. Discriminar um modo de falar é a mesma coisa que não respeitar os valores de outras pessoas que não falam como nós. Esse modo de pensar e agir sempre existiu. É a imposição do poder sobre as diferenças, é a origem do conceito de *erro de fala* e, consequentemente, a incorporação de preconceitos como: *inferior*, *feia*, *pobre*, dados aos modos diferentes de se expressar.

A Variação Linguística deve merecer o interesse na prática pedagógica do/a professor/a. O conhecimento cada vez mais detalhado da variação linguística e das consequências sociais dessa variação possibilitam ao professor entender que uma língua é inseparável da cultura do local onde é falada.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. A ilusão da homogeneidade linguís-

tica ganha força na escrita, mas aparece em forma de exclusão na fala de seus usuários.

Assim, língua e linguagem se misturam, demonstrando que o papel social do linguista é propiciar o verdadeiro exercício da cidadania aos falantes de uma determinada língua.

Agora somos todos viajantes aprendizes dos barrancos e queremos saber lidar com as corredeiras e os bancos de areia para descobrir um identidade que, certamente, será mesclada, multifacetada e híbrida.

Referências

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2.ed. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. 4.ed. 1.Reimp. Trad. Heloisa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. Tradução da Introdução Gênese Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo:* a história de uma estrada de ferro na Amazônia. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 2000.

LIMA, Abnael Machado de. *Terras de Rondônia* – aspectos físicos e humanos do Estado de Rondônia. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1991.

MATIAS, Francisco. *Pioneiros* – ocupação humana e trajetória política de Rondônia. Porto Velho: Maia, 1997.

McLAREN, P. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 2000.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. *Por uma linguística crítica:* linguagem identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

SANT'ANA, Alex Sandro C. *Educação e pós-modernidade:* problematizações efêmeras a partir das ideias de Zygmunt Bauman e Boaventura de Sousa Santos.

Monografia (Especialização em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

SILVA, Amizael Gomes da. *Da chibata ao inferno*. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional (Rondônia)*. Porto Velho: Rondoniana, 2001.